



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 05 / 09

Data da Sessão: 30 de Junho de 2009

Início da Sessão: 17.00 horas

Fim da Sessão: 20.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30

----- Aos 30 dias do mês de Junho do ano de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

-----**PONTO DOIS** - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

-----**PONTO TRÊS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ALTERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO NO PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO DA NANOSPARK – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA NANOTECNOLOGIA; -----

-----**PONTO QUATRO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ALTERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO NO PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO DA ENERMOR – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SUSTENTÁVEL; -----

----- Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMAM) declarou aberta a Sessão às 17.00 horas. -----

-----**PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Fernando Jorge dos Ramos, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Laranjeiro Costa, José Manuel Cardoso Buco, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----**Renúncia de Mandato:** O Membro Maria Isabel Martins Rolim pediu a renúncia do mandato, de acordo com o disposto no nº 4, do artº 76º, conjugado com o artº nº 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo sido preenchida a vaga pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, José de Oliveira e Sousa, que não esteve presente, justificando a correspondente falta. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30

-----**Presenças dos Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Manuel Alberto Gonçalves Góis e Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge. -----

-----**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;**-----

-----O PMAM usou da palavra: "Verificada a existência de quórum damos início aos trabalhos cumprimentando o Presidente da Câmara (PCM), os Secretários da Mesa (SMAM), Manuel Portelinha e Vitor Travassos, os Vereadores Municipais, os Membros da AM, PJFs, a colaboradora Neiva Esteves e o público em geral, desejando, a todos, uma reunião participada em que, efectivamente, saibamos honrar as nossas obrigações". -----

-----O SMAM, Vitor Travassos, usou da palavra e disse: “Para além da correspondência que se encontra registada na relação que vos foi enviada, a MAM recebeu o pedido de agendamento para esta reunião; uma carta da Inspeção-Geral das Finanças sobre o controle de endividamento do Município de Montemor-o-Velho, relativo a uma auditoria a decorrer a partir do dia 2 de Julho; a apresentação de renúncia de mandato de Maria Isabel Martins Rolim que foi substituída pelo Membro José de Oliveira e Sousa que fez chegar uma carta justificando que, por motivos imprevistos, é impossível estar presente; carta do Agrupamento da Escola Secundária de Montemor-o-Velho com um agradecimento que ficará conforme **em anexo** à presente acta sob o número **01**; por último foi, hoje mesmo, recebido um ofício da CMMV solicitando uma alteração ao ponto 4 da OT da convocatória para hoje”. -----

-----Passou-se, de imediato, à discussão e votação das actas números 2, 3 e 4 respectivamente de 25 e 29 de Abril e 18 de Maio do corrente ano. -----

-----A acta nº 02, de 25 de Abril de 2009, foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: ----

-----Votos contra - 0;-----

-----Abstenções - 03;-----

-----Votos a favor – 28. -----

-----A acta nº 3, de 29 de Abril de 2009, foi aprovada por maioria com o seguinte resultado:-----

-----Votos contra – 0; -----

-----Abstenções – 02;-----

-----Votos a favor – 29. -----

-----De seguida foi colocada à apreciação e votação a acta nº 4, de 18 de Maio de 2009, que foi aprovada por unanimidade: -----

-----Foram, então, entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes, tendo sido aceites:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30

-----**Moção** subscrita pelo Membro do Grupo do PS, José Laranjeiro Costa, "**Moção de Felicitações**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **02** e que foi aprovada por unanimidade.-----

-----**Moção** subscrita pelo Membro do Grupo da CMNRC, Vitor Travassos ("**Diversos**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **03** e que foi aprovada por unanimidade. --

----- **Moção** subscrita pelo Membro do PFJ de Pereira, António Pedro ("**Grupo de Teatro O Celeiro**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **04** e que foi aprovada por unanimidade.----- .

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Pereira, António Pedro ("**Feira como há Cem Anos**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **05** e que foi aprovada por unanimidade. --

-----**Moção** subscrita pelo Membro do Grupo da CMNRC, Jorge Mendes ("**Felicitação ao Grupo de Teatro O Celeiro**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **06** e que foi aprovada por unanimidade. ----- .

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Meãs, Armando Maia ("**Felicitações ao Rancho Folclórico da Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Meãs do Campo** "), conforme documento anexo à presente acta sob o número **07** e que foi aprovada por unanimidade. ----- .

-----**Moção** subscrita pelo Membro do Grupo da CMNRC, Jorge Santos ("**Felicitação À Câmara Municipal de Montemor-o-Velho pelo IX encontro de Coros e o IV Encontro de música antiga de Tentúgal e aos grupos participantes**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **08** e que foi aprovada por unanimidade.----- .

-----**Moção** subscrita pelo Membro do Grupo da CMNRC, Jorge Santos ("**Felicitação à Comissão Fabriqueira da Igreja de Pereira e à população em geral**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **09** e que foi aprovada por unanimidade. ----- .

----- O Membro Jorge Camarneiro (PCP) pediu a palavra e disse: “A primeira questão que quero colocar prende-se com o mercado da Carapinheira, anexo à Sede da JF, face a uma informação que me chegou e daí que tente esclarecer este assunto junto da CM. Há ou não um parecer técnico que aponta para a demolição daquele edifício? Sendo verdade, quando é que se pretende avançar com essa demolição e, já agora, as razões que levaram tanto tempo a resolver esse problema.-----

----- A segunda questão é para alertar para o estado de abandono e de degradação em que se encontra o Poço da Ponte da Cal, completamente tomado pelos limos. Não sou técnico, não estou a insinuar que alguém é responsável, apenas alerta para a situação actual da falta de água e para a invasão de limos desde a Ponte, chamada romana, até ao actual leito do Mondego, num estado pouco recomendável e poderá existir forma de integrar a sua recuperação nas intervenções que, neste momento, se realizam naquela zona do Centro Náutico. É uma pena perder um dos últimos espaços aquáticos fora do rio Mondego que nós possuímos e conhecido de todos. Já agora, penso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30***

que é momento de equacionar a redução do dique fronteiriço à povoação e repor o que, há muitos anos, foi alterado.-----

-----Solicito, ainda, ao PCM informação relativamente à situação da Fábrica da AGNI. Possuo algumas informações particulares, mas a verdade é que as pessoas começam a falar sem saber do que se fala e era importante que se desse um esclarecimento público para que haja alguma capacidade de esclarecimento sobre a actual situação. Pessoalmente, como Município e como Membro duma Coligação, acho que aquele pode ser um projecto estruturante para o Concelho pela ajuda que pode dar no caminho da investigação, desenvolvimento e atracção para o nosso espaço de pessoal com formação especial na área científica. Desgosta-me assistir a todo o tipo de comentários, quer seja na apresentação do candidato A ou B e na praça pública e, por isso, gostava que houvesse um esclarecimento cabal da situação. Diz-se que a empresa faliu e não pagou nada do que está feito. Fala-se de um problema de obtenção de fundos nacionais, da comparticipação nacional no projecto e esta Assembleia precisa de alguma informação, sob pena de um dia destes andarmos todos a falar e não sabermos nada. Finalmente e dado que passou um mês da aprovação do Plano de Saneamento Financeiro da CM, gostaria de saber se já há passos dados e se já alguma informação que se entenda ser útil prestar a esta AM”.-----

-----O Membro José Laranjeiro Costa (PS) pediu a palavra e disse: “O que pretendo referir prende-se com a segurança rodoviária, que é uma atribuição da CM, já que me tenho apercebido de algumas situações que necessitam de atenção e de algumas medidas de intervenção pelo perigo que constituem. Por exemplo, na EN 111, no cruzamento das Meãs, o semáforo que está localizado no separador central, há alguns meses que está arrancado e nem a placa reflectora indicadora do separador lá está o que constitui, obviamente, um perigo eminente. -----

-----Também em situação de avaria dos semáforos e tem acontecido com alguma frequência, cria-se uma situação de perigo, caricata mesmo, tendo em conta que não existe outra qualquer sinalização vertical. É uma situação que terá de ser, no meu ponto de vista, analisada pelos serviços técnicos da CM, mas a existência de placas de definição de prioridade que tivessem indicação que valiam na ausência de semaforização evitariam situações de confusão. -----

-----Volto, mais uma vez, à questão da ligação Meãs/Formoselha e Pereira/Tentúgal, sabendo que já discutimos a situação, sabendo a opinião do PCM e a quem competem as atribuições daquelas 2 estradas. No entanto, pelo volume de tráfego que se regista, que aumentou com as obras em curso no que diz respeito ao Centro Náutico, há situações que carecem de atenção, como por exemplo, a sinalização vertical que, nos 2 topos, foi partida há vários meses e a sinalização horizontal, também, terá de merecer atenção já que está, praticamente, apagada.-----

-----Ainda em questões de sinalização rodoviária: foram construídas algumas lombas, com o objectivo claro e manifesto de proporcionar segurança, e refiro-me a 2 situações que são do meu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30***

conhecimento e que me foram transmitidas pelos munícipes - a das Meãs, junto à Escola do Casal Novo e a de Liceia que me parecem ter uma construção errada face ao impacto que resulta mesmo circulando à velocidade legal permitida”.-----

----- O PPF de Meãs pediu a palavra e disse: “A minha intervenção vem no sentido de solicitar ao PCM uma informação sobre o processo de toponímia. É do meu conhecimento que os diferentes projectos de toponímia apresentados já foram analisados pela Comissão de Toponímia (CT), tendo recolhido o aval da referida Comissão, faltando, neste momento a atribuição do número de polícia. Tenho transmitido que esta questão passa por um processo que é tutelado pela CT e, nomeadamente, pela CM e que ainda não foi concluído. Gostaria de saber do desenvolvimento da atribuição do número de polícia, para quando e solicitar que o mesmo pudesse ser o mais breve possível para poder dar resposta a uma das necessidades da população”.-----

----- O PCM pediu a palavra para responder às questões colocadas: “As respostas que irei dar são rápidas, directas e concisas. Em relação ao mercado da Carapinheira, se é aquilo que penso, não tem nada a ver com demolição. Foi feita uma análise técnica à sustentabilidade e resistência do edifício e para o qual se está a elaborar um documento técnico para aplicação. Se há outros aspectos desconheço-os e lembro que aquela propriedade não é nossa; fomos lá enquanto entidade solicitada pela JF, proprietária do imóvel, e para o qual foram garantidas condições, do ponto de vista técnico, para a utilização quotidiana daquelas instalações com relativa segurança.-----

----- Em relação aos Poço da Ponte da Cal e ao dique são situações em que, claramente, podemos apenas exercer alguma pressão, já que a responsabilidade é do INAG. Segundo informações que possuo, os anunciados 40 milhões para o Baixo Mondego (BM), infelizmente, contrariam a promessa do Ministro da Agricultura já que nada tem a ver com a nossa região propriamente dita: serão para projectos a desenvolver na margem esquerda, entre Taveiro e Pereira, na zona de Maiorca e, quando muito, numa parte do Foja. A situação apontada integra-se numa matéria interligada com a área do ambiente e cuja responsabilidade é partilhada entre o INAG e a Administração do Regime Hídrico da Região Centro (ARH).-----

----- Quanto à questão do Saneamento Financeiro, ele foi aprovado em 18 de Maio e enviado ao Tribunal de Contas no dia 2 de Junho. O Tribunal de Contas tem 30 dias para se pronunciara e o prazo termina a 17 de Julho.-----

----- Quanto à questão da AGNI não posso falar muito porque é o que posso dizer, neste momento, é que as circunstâncias que levaram à suspensão da obra prendem-se, claramente, com uma alteração de capital dentro da empresa. Segundo sei, estão em cima da mesa soluções que passam pela continuidade do projecto a 100% pelos capitais Malaios ou pela partilha de capitais da Administração com interesses que passam também por Portugal e espero que, durante o mês de Julho, se possa resolver, definitivamente, a situação. Aliás, um dos Administradores da AGNI

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30***

pediu-me uma audiência para transmitir quais são as soluções que estão no terreno, mas por questões de ética e até de compromisso, a nível mais superior não poderei, neste momento, ir mais longe do que isto. Considero que há, neste momento, condições para não estarmos alarmados, bem pelo contrário, as soluções podem até ser mais interessantes e sei que, neste momento, isso é um ponto de honra de várias estruturas do Governo. -----

----- Quanto às lombas a questão é sempre a mesma: se não existem é mau porque elas eram necessárias; se existem são muito altas e constituem um problema pelo que se ouvem elogios de uns e críticas de outros.-----

----- Em relação à toponímia, e de acordo com o Regulamento existente e que é do conhecimento de todos a competência para a atribuição dos números de polícia é do DOT em articulação com as JF, tendo sido, em tempo oportuno, enviado às JF um ofício sobre o assunto de modo a que procedam em conformidade e de acordo com o que está previsto”.-----

----- **PONTO DOIS - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;**-----

----- O Membro Fernando Ramos (PS) disse: “Pretendo colocar algumas questões complementares à Informação que nos foi disponibilizada porquanto são referidas 2 reuniões cujos resultados gostaria de ver clarificadas – sobre a reunião com a Direcção Regional da Economia do Centro (DREC) gostaria de saber se se tratou de algo ligado à sua transferência e quais os resultados da reunião com o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto”.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro (CDU) disse: “Uma pergunta apenas porque me surpreendeu o elevado número de processos de execução fiscal: 752? Não ponho em causa o número, mas merece a atenção da AM e quais as razões para tal”.-----

----- O PCM disse: “A reunião com a DREC tinha por fim analisar uma nova legislação que se prende com a autorização das médias e das grandes superfícies nos centros urbanos e que, de acordo com a legislação incumbe ao representante da NUTIII, escolhido pela própria NUT, discutir, de forma clara, com o Ministério da Economia como é que se ia proceder. -----

----- A reunião com o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto em que estiveram presentes as Federações Portuguesas de Remo, Canoagem, Triatlo e Natação, prendeu-se com o projecto do Centro de Alto Rendimento (CAR), com o arranque do mesmo, co-financiamento e toda a tramitação. Relembro que, em 2007, foi assinado o protocolo entre o Instituto do Desporto de Portugal (IDP) e a CMMV, outorgado pelo Ministro da Presidência e com a presença do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto. Depois, fomos encaminhados para uma candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), inserido no QREN, para onde seria canalizado o financiamento de 70% da obra, cabendo 5% ao IDP e os restantes 25% à CMMV.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30***

Alguns meses depois disseram para irmos buscar o Fundo Comunitário de 70%, cabendo a nós o pagamento da subvenção nacional de 25%. Isso obrigou a criar uma adenda ao protocolo onde ficaria definido o valor correspondente a esta percentagem. Quando foi assinado esse protocolo, o valor global de investimento previsto, sem projecto e sem indemnizações de terrenos, elevava-se a cerca de 11 milhões de euros. Depois da visita das diferentes Federações, da consulta feita a técnicos, paisagistas e muitos outros, o projecto foi fechado, em termos de candidatura ao POVT. Os serviços técnicos, externos e internos do Município, que desenvolveram o projecto, de acordo com o parecer das respectivas Federações levou a que o projecto tenha atingido um valor global de 18,5 milhões de euros. Foram já lançados os diferentes concursos, constituindo 9 frentes de trabalho, dos quais 8 já foram abertas propostas, 6 já foram adjudicados, 1 está em análise e outro está para aprovação e, neste momento, poderemos dizer que com os valores adjudicados e em análise, estamos a falar num custo global que deixou de ser de 18,5 milhões e passou para 13,8 milhões. O que, acrescido de cerca de 1 milhão de euros estimado de indemnizações de terrenos, na frente ribeirinha e na zona do emparcelamento, perfaz cerca de 14,5 a 15 milhões. Ora, estas alterações tinham que ser discutidas em termos do respectivo enquadramento do ponto de vista da candidatura e das participações. Em relação a essa matéria tivemos nessa reunião o ensejo de, nas discussões que tivemos com as diferentes entidades, manifestar que a candidatura ao POVT fechou a 29 de Março, o que significa que se tivéssemos iniciado a obra, por exemplo, em Outubro do ano passado, estávamos com 1 ano de obra sem um único tostão de financiamento. Por outro lado, ontem, pedimos esclarecimentos sobre o que se prende com as acessibilidades e com os pareceres da RAN e da REN, que deve ser acompanhado pela declaração de utilidade pública do projecto da responsabilidade da DGAL. Nos próximos dias esperamos ter a adenda ao contrato concretizada e ter, da parte do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, a declaração conjunta de relevante interesse público do projecto para a libertação dos terrenos da REN que estão fora do plano de pormenor, porque o resto não há problema. -----

-----Sobre o número de processos de execução fiscal a Directora de Departamento, aqui presente, dará a informação conveniente”. -----

-----A Directora do DAF, disse: “Efectivamente os Municípios têm competência para a instauração de processos de execução fiscal e que seguem as mesmas regras do Código de Procedimento do Processo Tributário, mas o que acontece é que as Autarquias, às vezes, esquecem-se de instaurar esses processos. Quanto ao pagamento do fornecimento de água não temos sido mais rigorosos do que no passado, bem pelo contrário. Temos muitos processos acumulados, introduziram-se novas formas de pagamento, tentou-se que as pessoas aderissem aos débitos em conta ou directos. Houve, realmente, percalços durante um mês, mas o facto é que a situação de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30

crise que muitos agregados familiares atravessam motivou a que, sistematicamente, as pessoas deixassem de pagar, inclusivamente as mais idosas e que vivem com as suas reformas”. -----

-----O Membro Jorge Camarneiro perguntou se tal situação não estaria relacionada com o fim da possibilidade de pagar a água nas JF criando-se, assim, maiores dificuldades de acesso aos meios de pagamento. -----

-----A Directora do DAF, disse: “Penso que não há relação entre as situações já que se assinou um acordo com os CTT, foram criados postos de pagamentos, os “pay-shop” e algumas JF continuam a assegurar o recebimento. A questão é a falta de dinheiro e as pessoas chegam, sistematicamente, fora do prazo para pagar. O prazo para o pagamento é até ao dia 10, dispondo os consumidores de 10 mais dias em que só pagam juros de mora, no valor de 1% ao mês e, só depois, entra em execução fiscal. Os serviços propuseram o alargamento do prazo para o dia 15 de cada mês, mas sem ampla divulgação, porque se chegou à conclusão que se o prazo for até ao dia 15 as pessoas vão pagar no dia 16 e o problema mantêm-se. A proposta foi à reunião do Executivo e aprovada passando a constar da factura”. -----

-----**PONTO TRÊS – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ALTERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO NO PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO DA NANOSPARK – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA NANOTECNOLOGIA;** -----

-----O Membro Fernando Ramos disse: “Gostaria de esclarecer uma questão formal: referem-se aqui as actas da CM e da AM e ao consultar a da CM verifiquei que não fala em capital nenhum, nem em lotes nenhuns e, portanto, não sei o que é que rectificaram; fui ver a acta da AM e nela também não está, de facto, o capital e o que nós aprovámos constava na proposta do Estatuto apresentada. Esclarecido este ponto, relativamente à matéria em análise e, já agora, se a NanoSpark já foi constituída formalmente e quem são os parceiros, o PS não tem nada a opor”. -----

-----O Membro Mário Pardal: “Este ponto mereceu a unanimidade na discussão que teve em sede do Executivo e visa ratificar uma deliberação e readaptar o tipo de participação da CMMV na NanoSpark, pelo que o grupo da CMNRC votará favoravelmente”. -----

-----O PCM disse: “Gostava de dar 2 ou 3 esclarecimentos para se perceber este ponto e o seguinte dando-lhes um enquadramento perceptível. Foram abertos pelo Mais Centro 2 avisos de concurso: um para o sistema de apoio a parque de ciência e tecnologia de incubadoras de empresas de base tecnológica e outro para o sistema de apoio às infra-estruturas científicas e tecnológicas. Dentro desses regulamentos foi definido que existiriam interlocutores privilegiados para o desenho estratégico da região que permitisse a visualização do sistema de parque e ciências em tecnologias que a região necessitava e esse desiderato foi conferido às Universidades de Coimbra, de Aveiro e da Beira Interior. Depois de pressões políticas diversas, sobretudo dos Institutos Politécnicos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30

conseguiram ser incluídos dentro da parceria dos planos a elaborar pelas respectivas Universidades e, assim, o Instituto Politécnico de Coimbra e o de Leiria foram englobados nesta componente. -----

----- Este plano estratégico visava definir quais os parceiros e quais as áreas nevrálgicas ao desenvolvimento e investigação à competitividade e inovação e, em relação a isso, a Universidade de Coimbra traçou um projecto onde, neste momento, há 4 parceiros nucleares, para além da própria Universidade. Um é o IPARQUE, outro é o Instituto Pedro Nunes /Incubadora, outro é o Biocant e o chamado Enermor, Parque Tecnológico de Energia em Montemor-o-Velho. Estes foram os parceiros nucleares definidos pela Universidade de Coimbra e que permitiam alavancar em primeira instância um parque tecnológico com a construção de um edifício virado a estas áreas tecnológicas, energia. Esta, também, regulamentado que, teoricamente, deverá haver uma afectação de cerca de 20 milhões de euros do Feder para desenvolver estes parques. Um outro regulamento obriga a que o investimento nestas infra-estruturas seja, no mínimo, igual ao valor do investimento do edificado e nós somos os parceiros pobres deste projecto, o que é natural porque estamos a iniciar-nos. O que está em cima da mesa será, no máximo, milhão e meio de euros para a construção do edifício, dos quais 55% serão financiados pelo Mais Centro e a possibilidade de captarmos montante igual para equipamentos, laboratórios e investigação que será financiado a 60%, mas não podem ser as Autarquias as candidatas a estes programas. -----

----- Respondendo ao Membro da AM, Fernando Ramos, digo que quando, em 4 de Agosto, definimos a afectação dos lotes, existia anexa uma informação dos serviços técnicos onde se dizia, concretamente, quais eram os 2 lotes destinados a este projecto e nesta deliberação enumerámo-los e identificámo-los”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra - 0 ; -----

----- Abstenções - 0; -----

----- Votos a favor - 32. -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO QUATRO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ALTERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO NO PATRIMÓNIO ASSOCIATIVO DA ENERMOR – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ENERGIA SUSTENTÁVEL; -----

----- O PMAM disse: “Como podem verificar pelo documento distribuído foi solicitada uma alteração à definição deste ponto 4. Como se compreende e por questão de urgência de deliberação, o que interessa é, efectivamente, a aprovação ou não dos estatutos da Associação, sabendo que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30

nome será definido à posteriori. Assim pergunto se alguém se opõe a que seja discutido, apreciado e votado este ponto com a referida alteração. Não havendo qualquer objecção passemos à sua discussão”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro, disse: “Quero sugerir algumas alterações que nada têm a ver com o conteúdo, mas com alguns erros que serão, apenas, de escrita. De qualquer maneira no artigo 1º, ponto 2, onde se diz que a “Associação tem a sua sede no Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, podendo ser transferida para outro local mediante deliberação em assembleia geral”, penso que devia ser acrescentado: “podendo ser transferida para outro local na área do Concelho de Montemor-o-Velho”. O artigo 15º, ponto 2, diz: “verificando-se que não estão presentes a maioria dos associados, passada meia hora a Assembleia Geral deliberará, em segunda convocatória, com qualquer número de associados” mas depois contradiz-se no artigo 27º quando diz no seu ponto 3 “poderá funcionar em segunda convocatória a qual não se verificará antes de decorridos 15 dias sob a primeira, deliberando então a Assembleia Geral com qualquer número de associados presentes”. o artigo 19º, ponto 1. c) diz que “ao Conselho de Administração compete exercer todos os poderes necessários à execução de actividades que se enquadrem nas finalidades da Associação e designadamente, adquirir propriedade imobiliária ou mobiliária aos associados e constituir alugueres, arrendamentos ou direito de superfície e de um modo geral colaborar activa ou passivamente todos os actos conducentes à realização dos fins a que se propõe a associação”. Adquirir propriedade imobiliária ou mobiliária aos associados? Então não pode a outros? Considero que isto é secundário, mas de qualquer maneira registo e não tenho mais nada a dizer a não ser dizer que voto a favor”. -----

----- O Membro Fernando Ramos, disse: Ainda relativamente aos estatutos queria acrescentar uma ou outra questão que me pareceram importantes. No artigo 16º alínea e), pura e simplesmente, suprimia-a uma vez que a alínea j), salvo melhor opinião, inclui essa situação. Assim proponho a supressão da alínea e) do artigo 16º porquanto acho que ele está incluído na alínea j). -----

----- Depois, há uma questão que temos que acertar que é relativamente à alínea g) do artigo 16º, onde se diz que tem de “designar a a sociedade revisora de contas”, mas quando vamos ver a composição do Conselho Fiscal, tal deixou de ser imperativo, pois no artigo 21º do Conselho Fiscal diz “podendo um deles ter um representante e uma sociedade revisora de contas”. É uma questão de ponderar a situação com os outros parceiros porque me parece que pode haver conflito. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencções – 0; -----

----- Votos a favor – 32. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30***

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade com as alterações acima propostas.-----

----- Antes de terminar a sessão o Membro da AM, Fernando Ramos, disse: “Permitam-me uma pequena questão académica e que se prende com a extinção formal da Escola Secundária de Montemor-o-Velho. Julgo que aquilo que Conselho Executivo nos fez é merecedor duma resposta no mesmo sentido e, sem fazer nenhuma proposta, deixava à competência da MAM que respondesse no mesmo sentido a essa Escola que agora se extingue. Já agora digo-vos que há dias estive numa escola que é um projecto-piloto a nível de controlos de energia e estavam a construir o edifício preocupados, evidentemente, com as questões energéticas. Assim, e considerando que é a Parque Escolar a responsável por este projecto-piloto, penso que o que se está a fazer no Centro Escolar e na recuperação da Escola Secundária também merece essa preocupação”. -----

----- O PCM disse: “Em relação à Parque Escolar e ao investimento que está a ser feito, há uma situação que foi analisada a semana passada no Conselho Municipal de Educação: propus à comunidade escolar que apresentasse à comunidade civil, com algum empenhamento e antes do início do novo ano lectivo, o que vai ser a componente deste novo Centro Educativo de Montemor e a existência de inovação em alguns destes aspectos, quer na correlação e na racionalidade de alguns dos seus equipamentos, quer na modificação comportamental de alguns hábitos e ficou assumido que, muito possivelmente, logo no princípio de Setembro ela seria feita. Porque a AM manifestou o reconhecimento do trabalho desenvolvido e reconhecido da Escola Secundária, gostava de, pessoalmente, reforçar essa atitude porque aquela é uma grande equipa que tem o meu apoio pessoal e institucional e, ao mesmo tempo, dizer que foi com muito gosto que acabei de receber a mensagem de que a Dr^a Isabel Verão acabou de ser nomeada Directora do Centro Educativo de Montemor”. -----

----- Todos os pontos presentes a esta Sessão, foram aprovados por unanimidade e em minuta. ---

----- Não havendo público, bem como mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a Sessão às 20 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Junho, 30

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos